

EMBAIXADA DO BRASIL EM LILONGUE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA

Incumbido da honrosa tarefa de abrir a Representação Diplomática do Brasil no Malawi, desde minha chegada ao país, em junho de 2013, até minha partida, em 6 de janeiro de 2018, concentrei minha gestão nos seguintes eixos prioritários:

(i) Estabelecer contatos com o governo local com vistas a aprofundar o relacionamento bilateral e ampliar as áreas de conhecimento mútuo e de cooperação, contribuindo para um ambiente propício à assinatura de atos bilaterais que favoreçam a dinamização do intercâmbio entre os dois países e buscando o apoio do governo malawiano às candidaturas brasileiras em organismos internacionais, bem como maior coordenação nesses organismos em temas de interesse do Brasil;

(ii) Contribuir para a expansão de uma agenda de cooperação técnica bilateral, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e apoiada por instituições parceiras no Brasil, o que constitui um dos pilares das relações bilaterais com país que se encontra entre aqueles de menor desenvolvimento relativo, bem como buscar contribuir com os esforços internacionais de assistência humanitária ao Malawi;

(iii) Apoiar as atividades das empresas brasileiras que exploram oportunidades no Malawi e contribuir para o sucesso dos importantes investimentos brasileiros neste país;

(iv) Contribuir para ampliar o conhecimento brasileiro acerca do Malawi, país que constitui uma nova fronteira de nossa atuação diplomática, mantendo contatos com diferentes segmentos da sociedade malawiana e com a comunidade de parceiros cooperantes, de modo a informar o Governo brasileiro sobre os desdobramentos da política interna malawiana e sobre os desafios econômicos e sociais enfrentados pelo país, bem como buscar ampliar o conhecimento local sobre aspectos da cultura brasileira;

(v) Prestar assistência consular à reduzida comunidade brasileira no Malawi, bem como aos cidadãos malawianos e estrangeiros aqui residentes que desejem visitar o Brasil; e

(vi) Assegurar que estivessem dadas as condições para a realização das tarefas esperadas de uma Representação Diplomática do Brasil, com a identificação e gestão de imóveis adequados a seu bom funcionamento, a seleção e contratação de pessoal de apoio qualificado, a aquisição de mobiliário, veículos e equipamentos e demais providências de instalação.

2. O relatório a seguir apresenta os principais avanços registrados nos quatro anos e meio de minha gestão em cada uma das áreas prioritárias de atuação acima indicadas.

RELAÇÕES BILATERAIS

3. O acontecimento de maior relevância para as relações bilaterais durante minha gestão foi a visita a Lilongue do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em maio de 2017, a qual constituiu um marco histórico nas relações bilaterais entre Brasil e Malawi. Além de ampliar o conhecimento mútuo e permitir a troca de impressões sobre temas relevantes da agenda internacional, esta que foi a primeira visita de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil ao Malawi propiciou a assinatura de quatro acordos bilaterais: (a) acordo de facilitação de vistos de negócios; (b) acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (c) acordo de consultas políticas; e (d) acordo para autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

4. Apresentei minhas Cartas Credenciais à então presidente Joyce Banda como primeiro Embaixador do

Brasil residente no Malawi em 25 de junho de 2013. As relações diplomáticas datam da independência do país em 1964, havendo inicialmente a representação brasileira junto ao governo malawiano ficado a cargo da Embaixada em Harare. O Brasil é o único país latino-americano com embaixada residente no Malawi, fato reconhecido e valorizado pelo governo local. A Embaixada do Malawi em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática malawiana na América Latina.

5. Durante minha gestão, houve marcada elevação no patamar do relacionamento bilateral, sobretudo em razão de visitas de alto nível e do adensamento do diálogo e da cooperação em diferentes áreas. Busquei promover o gradual aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta que o Malawi espera seguir contando com o apoio do Brasil em seus esforços no combate à pobreza e em prol do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, mantive contatos com diferentes autoridades do governo malawiano, manifestando a disposição do Brasil de contribuir para que o Malawi alcance seus objetivos de crescimento econômico sustentado, com redução da pobreza e ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos. O Malawi teve quatro ministros de negócios estrangeiros nesse período: Ephraim Mganga Chiume (2012-14), George Chaponda (2014-16), Francis Kasaila (2016-17) e Emmanuel Fabiano, que assumiu o cargo em julho de 2017.

Mantive frequentes reuniões com todos os chanceleres malawianos mencionados acima, os quais invariavelmente franquearam-me amplo acesso para abordar diferentes aspectos das relações bilaterais.

6. No intuito de aprofundar o conhecimento mútuo, ao longo dos quatro anos e meio de minha missão mantive encontros com lideranças empresariais e da sociedade civil, membros do clero e da imprensa. Busquei assegurar o apoio formal do Malawi em votações de matérias de interesse brasileiro e em favor de candidaturas brasileiras nos organismos internacionais, objetivo por vezes inalcançado, ainda que entre os Governos malawiano e brasileiro haja convergência de posições e defesa de princípios semelhantes. Nesse particular, julgo que a instalação do mecanismo previsto no acordo de consultas políticas bilaterais assinado em maio de 2017 deverá contribuir para maior fluidez do diálogo político com o Malawi.

7. Há amplo espaço para amadurecer e aprofundar o relacionamento bilateral. Em diversas oportunidades, autoridades malawianas repetiram-me considerar importante a intensificação dos laços com o Brasil.

Cooperação técnica

8. Em país caracterizado por necessidades típicas de economias em desenvolvimento, a cooperação

técnica bilateral ou trilateral constitui um dos pilares naturais da atuação diplomática brasileira. Desde o início das atividades da embaixada em Lilongue, um elemento que muito tem contribuído para maior aproximação bilateral tem sido a agenda de cooperação técnica na área de agricultura, com destaque para projeto voltado à expansão da cotonicultura no país.

9. O "Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze" (BRA/12/002-S003) constitui a mais relevante iniciativa de cooperação técnica oferecida pelo Brasil ao Malawi. Com o projeto, que em 2018 entrará em fase de maior envergadura, com a aquisição de maior volume de materiais e equipamentos, o Brasil oferece relevante contribuição aos esforços do governo malawiano no sentido da diversificação do setor agrícola, ora fortemente dependente do fumo. A implementação do projeto, ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Malawi, firmado em 16 de setembro de 2009, tem o potencial de transformar o setor de pesquisa e extensão agrícola da cotonicultura no país, atualmente em estado precário. Por sua envergadura e ineditismo, o projeto Shire-Zambeze deverá aportar decisiva contribuição para a consolidação da presença brasileira neste país, e certamente constituirá, por muitos anos, o mais

importante projeto brasileiro de cooperação técnica com o Malawi.

10. Durante minha gestão, a Embaixada esteve diretamente envolvida na implantação do projeto, seja administrando, na qualidade de custodiante, os recursos alocados para as atividades ali previstas, seja prestando apoio às frequentes missões da ABC e da EMBRAPA, em estreita coordenação com o instituto malawiano de pesquisa em algodão. O Comitê de Coordenação do projeto reuniu-se em Lilongue em duas ocasiões, em julho de 2015 e em novembro de 2017.

11. Ainda no que respeita à cooperação bilateral na área de agricultura, destaco a realização, em junho de 2017, de missão de capacitação de combate à lagarta *Spodoptera frugiperda* (lagarta do cartucho), com pesquisadores da EMBRAPA e da Universidade de Brasília. A missão foi organizada em resposta à solicitação malawiana de apoio no combate à praga, que tem prejudicado não apenas o plantio de milho, principal fonte alimentar do país, mas também outros cultivos relevantes, como batata doce e algodão.

12. Na área de cooperação técnica tripartite, foi realizado durante minha gestão o projeto "GCP/RAF/483/BRA: Fortalecimento dos Programas de Nutrição Escolar na África", conduzido em parceira entre o governo brasileiro, a FAO e o governo

malawiano. Assinado em março de 2015 e concluído em outubro de 2017, o projeto envolveu a elaboração de três produtos: (i) o "Plano Estratégico e de Diretrizes de Saúde e Nutrição Escolar"; (ii) o "Currículo de Educação Nutricional"; e (iii) o "Projeto piloto de Horta Escolar".

13. O Malawi tem o potencial de tornar-se importante parceiro do Brasil na área de cooperação técnica. O governo local tem sinalizado interesse em expandir a agenda de cooperação para outras áreas. O governo malawiano demonstra admiração e curiosidade pelos programas brasileiros de transferência de renda, e o tema da erradicação da pobreza (e a contribuição que o Brasil poderia prestar ao Malawi nesse campo) é frequentemente levantado por meus interlocutores no governo local.

Ajuda humanitária

14. Em 2015, em gesto muito apreciado pelo governo malawiano, o Brasil uniu-se aos esforços da comunidade internacional e realizou doação ao Malawi de 407 toneladas de feijão, em resposta ao apelo do Presidente Mutharika por ajuda humanitária para atender aos desabrigados pelas enchentes. De modo a assegurar que fossem levados a bom termo os aspectos logísticos da doação brasileira, a qual repercutiu favoravelmente na

imprensa local, mantive reiterados contatos com o governo malawiano e com o escritório local do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

15. Tendo em conta o caráter cíclico das emergências humanitárias enfrentadas pelo Malawi, seria importante que, no futuro, e a depender das necessidades identificadas pelas autoridades malawianas, o Brasil volte a contribuir para os esforços de ajuda humanitária coordenados pelo PMA.

Investimentos

16. No que diz respeito a investimentos brasileiros no Malawi, o acontecimento de maior relevância no período de minha missão foi a conclusão bem-sucedida das negociações entre o governo malawiano e a mineradora brasileira Vale, responsável pelo mais relevante investimento estrangeiro em infraestrutura neste país. As longas tratativas chegaram finalmente a um desenlace com a inauguração do trecho do Corredor de Nacala em território malawiano, em agosto de 2017, e a assinatura, em setembro de 2017, do Adendo ao Acordo Bilateral entre Malawi e Moçambique relativo ao Corredor de Nacala. O investimento total da Vale no Malawi, que inclui o controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa concessionária da malha

ferroviária do país, bem como a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala, ultrapassa a marca do US\$ 1 bilhão, o equivalente a cerca de um sexto do PIB malawiano.

17. O sistema de logística operado pela Vale no Malawi e em Moçambique, incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto, integrado com as operações de mineração de carvão em Moatize, no norte de Moçambique, tem o potencial de estimular a integração econômica regional e reduzir significativamente os gargalos de transporte, oferecendo alternativa mais eficiente e econômica para o comércio exterior malawiano. Sem acesso ao mar, o Malawi depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Mais da metade das trocas internacionais malawianas são realizadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira. São também utilizados os portos de Durban, na África do Sul, e de Dar es Salam, na Tanzânia.

18. O governo malawiano tem interesse na revitalização do trecho ferroviário em direção à Zâmbia, o que permitirá àquele país (igualmente sem saída para o mar) valer-se do porto de Nacala, transitando seu comércio exterior por território malawiano. A presença de vultosos investimentos brasileiros no Malawi contribui, desse modo, para sublinhar o potencial do país como território de

trânsito de bens e produtos com destino aos mercados internacionais.

19. Em momentos decisivos, atuei para facilitar a conclusão dos entendimentos entre a mineradora e o governo malawiano, realizando reiteradas gestões pessoais junto a diferentes interlocutores, particularmente os titulares das pastas de transportes, justiça e negócios estrangeiros.

20. Foi também durante minha gestão que Brasil e Malawi assinaram, em junho de 2015, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O acordo deverá servir de plataforma para o ingresso no mercado malawiano de outras empresas brasileiras, como a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Contracta, que têm prospectado oportunidades no país, particularmente nos setores de geração hidrelétrica, estradas, saneamento básico, energia e mineração.

21. Os desafios à expansão dos investimentos estrangeiros no Malawi incluem gargalos de infraestrutura, como o alto custo de transporte e persistentes problemas no setor elétrico; questões associadas ao ambiente regulatório e à segurança jurídica e contratual; e instabilidade do panorama macroeconômico. Aspectos como a fragilidade da infraestrutura e a morosidade de processos relativos a contratos de arrendamento de terras para empreendimentos com capital externo acentuam

a imprevisibilidade de retorno de investimentos. O estímulo à competitividade do comércio exterior passa pela criação de ambiente de negócios mais previsível, transparente e favorável à atração de investimentos estrangeiros. Apesar de declarações de autoridades malawianas favoráveis ao fortalecimento do setor privado, o país não tem logrado implementar políticas públicas de fomento à expansão do comércio ou dos fluxos de investimentos internos ou externos.

22. Durante minha gestão, restou evidenciado que o combate à corrupção deve estar no centro dos esforços pela atração de investimentos para o Malawi. Em 2016, o país caiu oito posições em relação a 2015 no ranking da percepção mundial da corrupção, divulgado pela ONG Transparência Internacional. O país ocupa hoje a 120^a posição (em 2015, estava na 112^a posição, e em 2012 na 88^a posição). Analistas coincidem em avaliar que as instâncias responsáveis pelo combate à corrupção têm sido incapazes de exercer suas atribuições estatutárias, seja por limitações orçamentárias, seja pelo comprometimento político de suas lideranças, seja pela ausência de respaldo político para a agenda de reformas e para as investigações de suspeitas de corrupção, o que contribui para uma percepção de aumento da impunidade.

Comércio bilateral

23. A corrente de comércio Brasil-Malawi ainda é modesta, uma média de US\$ 6,6 milhões anuais entre 2010 e 2015, com forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. Em 2012, o intercâmbio total atingiu a marca de US\$ 10,7 milhões, com um déficit de US\$ 6 milhões para o Brasil. Já no ano seguinte, quando o intercâmbio atingiu US\$ 9 milhões, registrou-se déficit de US\$ 7 milhões para o Malawi. Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e implementos agrícolas. O Malawi, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil.

24. Em 2016, registrou-se sensível queda nas exportações brasileiras para o Malawi, que alcançaram apenas US\$ 426 mil (redução de 62% com relação a 2015). Já as importações brasileiras de fumo alcançaram US\$ 1,3 milhão (5,5% superior a 2015). A queda das exportações brasileiras em 2016 foi consequência da crise econômica malawiana, que atingiu fortemente a demanda interna e o consumo de bens importados.

25. O maior potencial de crescimento do comércio bilateral parece residir na ampliação da oferta de maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, preferencialmente em

operações de crédito com apoio oficial. O Malawi formalizou interesse em ingressar no Programa Mais Alimentos Internacional.

POLÍTICA INTERNA

26. O Malawi tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte e três anos. Desde a introdução do multipartidarismo, em 1994, registraram-se cinco eleições presidenciais e quatro transferências de poder, sempre de modo pacífico. Durante o governo de Joyce Banda (2012-14), foram adotadas medidas macroeconômicas austeras, como regime flutuante de câmbio e desvalorização acentuada da moeda, que contribuíram para a retomada do diálogo com o FMI, interrompido na gestão anterior, e a autorização de nova linha de crédito para o país. Foi também na gestão de Joyce Banda, contudo, que veio a público o "Cashgate", como ficou conhecido o escândalo de desvio de recursos por servidores públicos que desencadeou a suspensão dos repasses de países cooperantes a título de ajuda orçamentária, contribuindo para aprofundar o desequilíbrio das contas públicas do país. Por pressão dos principais países cooperantes, o governo buscou adotar medidas para contornar as

deficiências sistêmicas identificadas no curso das investigações que se seguiram ao episódio.

27. Joyce Banda foi derrotada nas eleições de maio de 2014, que sagraram vitorioso Arthur Peter Mutharika, irmão do presidente Bingu wa Mutharika, falecido em 2012. O governo de Arthur Peter Mutharika retomou o ímpeto de forte intervenção estatal na economia que havia caracterizado a gestão anterior do Democratic Progressive Party (DPP). Paralelamente, Mutharika tem procurado implementar reformas que promovam o reengajamento dos principais parceiros cooperantes, em particular no que respeita à ajuda orçamentária.

28. O governo Mutharika tem buscado articular uma agenda de reforma legislativa que contemple as prioridades identificadas em seu programa de governo, e que contribua para o alcance das esperadas conquistas socioeconômicas.

29. Ao longo de minha gestão, procurei acompanhar e reportar o debate interno relativo à aprovação e implementação das reformas políticas e econômicas propostas pelo governo, bem como a evolução do cenário político local no contexto das próximas eleições gerais, previstas para 21 de maio de 2019, quando o incumbente deverá concorrer à reeleição.

Poder legislativo

30. Durante minha gestão, mantive frequentes contatos com membros do poder legislativo malawiano. O parlamento malawiano foi instituído pela Constituição de 1994, a qual encerrou três décadas de regime autoritário e introduziu o multipartidarismo no Malawi. O parlamento malawiano é unicameral e conta com 193 membros, representando 28 distritos. A Constituição exige que sejam realizadas pelo menos duas sessões anuais. A cada ano, a assembleia legislativa tem-se reunido, em média, por cerca de 90 dias.

31. O Malawi tem observado elevada taxa de renovação parlamentar (mais de 75% nas eleições de 2014). Embora demonstre que o sistema tem preservado a capacidade do eleitorado de expressar insatisfação com o desempenho de seus representantes, a expressiva rotatividade dos membros do legislativo prejudica a consolidação de um corpo parlamentar experiente e preparado para atender aos anseios da população. Como reflexo dessas circunstâncias, o parlamento malawiano tem manifestado escassa iniciativa legislativa, limitando-se à apreciação de projetos de lei submetidos pelo executivo. A ausência de autonomia financeira tem sido apontada como uma das principais circunstâncias a restringir a capacidade de atuação do órgão. Embora a alocação orçamentária para as atividades parlamentares

esteja assegurada, a liberação de recursos é controlada pela pasta das Finanças.

32. Para avançar sua agenda no Parlamento, o governo tem buscado construir uma ampla base de apoio. Os maiores vencedores das eleições parlamentares de maio de 2014 foram os candidatos independentes, não filiados a qualquer partido, que lograram conquistar 52 assentos (27% das vagas parlamentares). Entre os partidos políticos, o DPP do presidente Arthur Peter Mutharika obteve o maior número de assentos (26%), seguido do MCP (25%), do PP (13%) e da UDF (7%).

33. Elementos étnicos, religiosos e regionais têm sido relevantes em análises do comportamento do eleitorado malawiano. Nas eleições de 2014, cerca de 7,5 milhões de eleitores foram registrados, o que correspondia a cerca de metade da população do país. Segundo estatísticas da Comissão Eleitoral do Malawi, o eleitorado apresenta a seguinte composição: a região norte, onde se concentram as etnias Tumbuka e Tonga, tem pouco mais de um milhão de eleitores registrados. A região central, tradicionalmente habitada por cidadãos de etnia Chewa, tem 3,1 milhões de eleitores registrados. A região sul, com 3,3 milhões de eleitores registrados, tem composição étnica mais variada, concentrando populações Lhomwe, Yao e Sena, entre outras.

34. O DPP, cuja base eleitoral está nos distritos majoritariamente habitados por cidadãos da etnia Lhomwe, e o MCP, tradicionalmente associado à etnia Chewa, são as duas únicas agremiações políticas de expressão nacional. O PP desestruturou-se com o fim do governo de Joyce Banda, e a UDF tende a buscar acomodação com o partido governista.

POLÍTICA EXTERNA

35. No que respeita à política externa malawiana, procurei acompanhar as ações de inserção diplomática do Malawi, seja com os países vizinhos, seja no contexto regional (SADC, COMESA, UA), seja com a comunidade doadora. O diferendo fronteiriço com a Tanzânia, questão latente desde a independência de ambos os países, registrou poucos desdobramentos durante minha gestão.

36. Cumpre destacar a centralidade dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento para a agenda de política externa do Malawi, cuja economia segue enfrentando desafios que têm emperrado o crescimento sustentado e mantido mais da metade da população abaixo da linha de pobreza.

37. Estima-se em cerca de um bilhão de dólares o agregado da ajuda ao desenvolvimento direcionada anualmente ao Malawi, montante equivalente a 18%

do PIB (USD 5,4 bilhões em 2016, em dados do Banco Mundial). Enquanto outros países da região têm registrado avanços socioeconômicos consideráveis e vêm gradualmente reduzindo a dependência de repasses assistencialistas dos países desenvolvidos, o Malawi parece fadado a permanecer, ainda por muitos anos, sustentado por programas de ajuda ao desenvolvimento. Mais de metade da população permanece abaixo da linha de pobreza.

38. O Banco Mundial segue como principal parceiro do Malawi em ajuda ao desenvolvimento (USD 139 milhões em 2014-15). Entre os parceiros multilaterais, destacam-se ainda a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Global Fund. Entre os parceiros cooperantes bilaterais, destacam-se os EUA (cuja atuação envolve agências como USAID, Centre for Disease Control, Millennium Challenge Corporation e Office of U.S. Foreign Disaster Assistance), Reino Unido (DfID), Noruega, Alemanha e Irlanda. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Banco Mundial têm sido responsáveis pela execução do maior volume de recursos.

39. No caso do PMA, em função das recorrentes crises humanitárias, que têm exigido intervenções em número cada vez maior de distritos para atender à crescente parcela da população malawiana em

quadro de insegurança alimentar. No caso do Banco Mundial, em razão do papel que tem desempenhado nos esforços de reforma da administração das finanças públicas e na coordenação de iniciativas no setor de agricultura.

40. China e Índia também vêm ampliando sua presença em atividades de cooperação no Malawi. Apenas entre 2012 e 2015, a China contribuiu com USD 79,5 milhões em recursos computados como ajuda ao desenvolvimento, e a Índia com USD 74,8 milhões. A maior parcela dos desembolsos de China e Índia dá-se na forma de linhas de crédito em condições concessionais. Em 2014-15, o Malawi recebeu USD 154 milhões na forma de empréstimos concessionais, dos quais 15% oferecidos pela Índia e 6,9% pela China. Países do continente africano com aspirações de liderança regional, como o Egito, dão igual ênfase à agenda de cooperação técnica bilateral, oferecendo ao lado malawiano bolsas de estudos e outras oportunidades de capacitação.

41. O Malawi recebe ajuda ao desenvolvimento sobretudo na forma de doações (83% em 2012-13, 80% em 2014-15). Empréstimos concessionais corresponderam a 14% em 2012-13 e a 17% em 2014-15. O Banco Mundial responde por parcela majoritária da ajuda internacional na forma de empréstimos concessionais (61% em 2014-15), e a

agência alemã de cooperação (GIZ) por mais da metade da cooperação técnica (53% em 2014-15).

42. O setor de saúde concentra o maior volume de desembolsos (42% em 2014-15), seguido por agricultura (10% em 2014-15). Outros setores beneficiados são educação, recursos hídricos, irrigação, saneamento e resposta a desastres.

43. O Malawi participa ativamente de iniciativas regionais de paz e segurança. Efetivos do Malawi, da África do Sul e da Tanzânia compõem a brigada de intervenção da SADC que foi incorporada à MONUSCO, no âmbito dos esforços para a estabilização na República Democrática do Congo (RDC).

44. Nesse cenário, durante minha gestão busquei manter permanente canal de contato com representantes dos maiores parceiros internacionais do Malawi, de modo a acompanhar a evolução dos principais temas da política externa do país.

ECONOMIA

45. Entre todos os países que contam com representação diplomática brasileira residente, o Malawi é aquele com o mais baixo PIB nominal per capita (USD 300 em 2016, conforme dados do Banco Mundial, acima apenas do Burundi). Durante minha

gestão, procurei regularmente registrar a evolução do panorama macroeconômico malawiano, em particular os entendimentos do governo local com o FMI e com os principais parceiros cooperantes do país.

46. O país tem registrado avanços mensuráveis em alguns de seus objetivos macroeconômicos, como o controle dos índices de inflação e a estabilização das taxas de câmbio, mas segue enfrentando desafios persistentes em áreas como a redução da pobreza ou ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.

47. Para além de fatores externos, como o preço das commodities agrícolas no mercado internacional ou a irregularidade do regime de chuvas, a fragilidade institucional contribui de maneira decisiva para explicar a persistência de graves entraves ao crescimento econômico, apesar do expressivo volume de recursos dispendidos em projetos de ajuda ao desenvolvimento.

48. O Malawi tem buscado alcançar as metas de ajuste fiscal acordadas com o FMI, bem como adotar medidas para o aprimoramento da gestão macroeconômica, com a redução do endividamento interno, a revisão do passivo contábil, a adoção de práticas mais eficazes de conciliação bancária e a revisão da legislação relativa a aspectos como lavagem de dinheiro e controles dos fluxos de

comércio exterior. As tratativas entre o governo malawiano e o FMI são igualmente essenciais para o sucesso de esforços de captação de financiamentos internacionais para projetos de maior envergadura.

Segurança alimentar

49. Em cenário de crescentes pressões associadas à acelerada expansão demográfica, o Malawi segue enfrentando dificuldades em desvincilar-se do ciclo anual de crises humanitárias e de escassez de alimentos. Em 2016, mais de 2,8 milhões de pessoas (cerca de 17% da população) foram incapazes de satisfazer as suas necessidades nutricionais mais elementares.

50. Os índices de pobreza e pobreza extrema seguem elevados, e os níveis de desnutrição continuam prejudicando o desenvolvimento salutar entre as crianças. O país tem uma população estimada em cerca de 17 milhões, mais da metade dos quais com menos de dezoito anos. Em grande medida, a força de trabalho segue concentrada no campo, sem que haja introdução de novas tecnologias ou adição de valor. O desempenho econômico do setor agrícola segue profundamente dependente da safra de fumo, e não há suficiente empenho oficial em promover a diversificação de cultivos.

51. A superação dos desafios ao desenvolvimento do Malawi passa pela expansão do comércio, sobretudo por uma mais ampla integração econômica regional,

e pelo aprofundamento de medidas para superar gargalos estruturais e melhorar o ambiente de negócios no país, incluindo o aprimoramento dos mecanismos de transparência e de combate à corrupção.

Setor cultural

52. Durante minha gestão, foi possível organizar eventos culturais, como apresentações musicais e de grupo de capoeira, no contexto das celebrações pela Data Nacional, nas dependências da Chancelaria. Sempre prestigiada por lideranças políticas, do meio acadêmico e jornalístico, a recepção pela Data Nacional brasileira passou a constar do calendário de eventos diplomáticos nesta capital.

Setor consular

53. Com a abertura do setor consular, em novembro de 2014, a embaixada passou a atender à reduzida comunidade brasileira residente neste país e a processar a emissão de vistos para cidadãos malawianos e estrangeiros residentes neste país. O início da emissão de vistos foi muito apreciado pelas autoridades locais, que até então tinham de enviar seus documentos de viagem à embaixada em Harare.

54. O setor consular tem igualmente sido procurado por cidadãos brasileiros residentes nas províncias

do norte de Moçambique, sobretudo em Tete, dada a maior proximidade e facilidade de acesso à capital malawiana, em comparação com a capital moçambicana. Além das rotinas consulares (passaportes, vistos, atestados, autenticações, procurações, entre outros serviços), vale mencionar o apoio prestado pela embaixada a casais de brasileiros interessados em adoção de crianças malawianas. Não há cidadãos brasileiros presos na jurisdição da Embaixada.

Aspectos administrativos

55. Desde o início de minha gestão na Embaixada em Lilongue, em junho de 2013, zelei pelas providências de abertura e início das atividades do posto, buscando assegurar adequadas condições de trabalho na Chancelaria e instalações condignas para as atividades de representação na Residência, em contexto de significativa restrição orçamentária.

56. Para instalação da Chancelaria e da Residência foi possível identificar, apesar dos constrangimentos de um mercado imobiliário bastante limitado, dois imóveis que garantem adequado nível de representatividade e funcionalidade, dignos de uma Missão Diplomática brasileira. Por força das restrições orçamentárias, muitas providências tiveram de ser adiadas ou ajustadas ao escalonamento de despesas

exigido pela efetiva disponibilidade de recursos. As necessárias adaptações nos imóveis, como a criação de área de atendimento para o Setor Consular, foram gradualmente financiadas com as dotações de custeio.

Dificuldades encontradas

57. De modo geral, não encontrei dificuldades em fazer avançar uma agenda bilateral positiva, em razão da abertura malawiana aos investimentos brasileiros no país e às iniciativas de cooperação técnica bilateral propostas.

58. Vale mencionar, entretanto, as limitações no diálogo com a chancelaria local. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional é uma burocracia modesta, com estrutura administrativa enxuta. Desde a abertura do posto, em 2013, raras foram as ocasiões em que foi possível obter reação formal aos pedidos de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

59. No período de quatro anos e seis meses, houve ampla troca de funcionários locais e, de modo geral, há dificuldades de assegurar bons funcionários em razão da carência de pessoal qualificado com algum conhecimento de português.

Sugestões ao novo chefe do posto

60. No que respeita à agenda bilateral, considero que seria importante dar continuidade à agenda de visitas de autoridades diplomáticas brasileiras ao Malawi, o que favoreceria o aprofundamento de consultas sobre temas políticos e a reflexão mútua acerca de potenciais áreas de cooperação, demonstrando o compromisso brasileiro com a dinamização das relações bilaterais em suas distintas vertentes. Avalio igualmente que uma visita do chanceler malawiano ao Brasil seria ocasião propícia para aprofundar o diálogo sobre o relacionamento bilateral, bem como deslanchar o mecanismo criado com a assinatura, em maio de 2017, do acordo bilateral de consultas políticas.

61. O projeto de cooperação na área do algodão seguirá demandando estreita atenção da embaixada. Seria igualmente recomendável que se desse seguimento, com o apoio da ABC, a outras iniciativas de cooperação técnica, como o programa de cooperação trilateral Brasil - FAO para o fortalecimento de programas de alimentação escolar na África e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África). Recordo ainda que o Centro de Excelência Contra a Fome, sediado em Brasília, e o escritório local do PMA colaboraram com o governo malawiano para a elaboração de uma política nacional de saúde e nutrição escolar.

62. Meu sucessor deverá encontrar, em sua chegada, um lado malawiano aberto a fazer avançar a agenda bilateral, disposto a identificar áreas de real convergência de interesses, com ganhos para ambos os países, não só no que toca à cooperação técnica, mas também na área de comércio e de investimentos.

63. Poderiam ser igualmente exploradas iniciativas de cooperação educacional e de promoção da língua portuguesa, como a possibilidade de ingresso do Malawi no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), bem como de abertura de um leitorado de português junto a alguma universidade malawiana.

CONCLUSÃO

64. Os avanços na agenda bilateral registrados em minha gestão, com a promoção de vínculos, a abertura de perspectivas e a defesa dos interesses brasileiros neste país, permitem-me corroborar o acerto da decisão de abrir embaixada residente no Malawi.

65. Além de palco de importantes investimentos brasileiros, o Malawi é terreno de atuação de agências internacionais dedicadas a contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento

humano e para a superação dos desafios da extrema pobreza, aspectos da agenda internacional prioritários para o Brasil. Isso faz do Malawi um relevante ponto de observação das condicionantes, dos contornos e da amplitude do impacto efetivo, no terreno, da ajuda internacional ao desenvolvimento, seja em modalidades tradicionais, seja no âmbito da cooperação Sul-Sul.

66. Cabe-me, finalmente, agradecer a confiança em mim depositada para desempenhar a honrosa missão de representar o Brasil junto ao Governo do Malawi.

67. Registro, com satisfação e gratidão, o apoio que sempre recebi do Ministro das Relações Exteriores e dos funcionários do Itamaraty, que não pouparam esforços para responder positivamente a todas as demandas do posto, em particular na área administrativa, bem como dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados na embaixada.